

RUY SARDINHA LOPES

rsard@sc.usp.br

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, BRASIL

CULTURA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO DISCURSO DA ONU/UNESCO

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar o percurso do conceito de desenvolvimento e sua ligação com o conceito de cultura presentes em alguns documentos e programas paradigmáticos das Nações Unidas, em especial o informe mundial, lançado por ocasião da conferência HABITAT III, “Cultura: futuro Urbano”, no sentido de melhor entender a acepção atual de tais termos, bem como as implicações culturais e econômicas de se tomar a cultura como um dispositivo de governança das populações e de sustentabilidade do sistema econômico vigente.

PALAVRAS-CHAVE

Cultura; desenvolvimento; Unesco; sustentabilidade

Ao se falar sobre a relação entre cultura e desenvolvimento em um sistema-mundo que se diz globalizado, ou sob a dominância das políticas neoliberais, chama a atenção o papel desempenhado, sobretudo a partir dos anos 1990, pelas agências multilaterais – como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), o Banco Mundial, o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), entre outros. Se por um lado a própria nomeação desses agentes – e o destaque vai para os agentes financeiros – demonstra o quanto a cultura, agora elevada a *high politics*, tornou-se central aos processos de reprodução ampliada do capital, é preciso reconhecer o enorme papel desempenhado pela ONU, e em especial pela Unesco, como grandes formuladoras de políticas públicas e de novas bases epistemológicas para se pensar o binômio cultura-desenvolvimento. Como afirma Luiz Fernando da Silva:

a instituição tem papel destacado na ampliação do conceito de cultura, e confere sentido às ações culturais de distintos sujeitos sociais, configurando uma permanente rede hegemônica no plano ideológico e cultural internacional. A influência obtida pela instituição ocorre graças ao imbricado caminho de articulação de redes de organizações não governamentais, grupos empresariais e agências culturais dos Estados nacionais, e das inúmeras conferências e reuniões. (Silva, 2012, p. 2)

Assim, se desde o ato de sua constituição, em novembro de 1945, seus signatários já reconheciam o papel da cultura e da educação para a justiça, para a liberdade e paz entre os homens¹, foi necessário um longo período para que os vínculos entre cultura e desenvolvimento ganhassem os contornos observados na atualidade. Mas do que estamos falando? Como a Unesco equaciona, atualmente, esses termos?

Em outubro de 2016, teve lugar na cidade de Quito, Equador, a HAB-TAT III- Terceira Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável, ocasião em que a Unesco lançou seu informe mundial: “Cultura: futuro urbano”. Tal informe, preparado desde 2015 contou com o apoio de “uma rede de nove socios regionais, especialistas de alto nível e organizações internacionais de todas as regiões do mundo” (Unesco, 2016, p. 3).

Já na apresentação do Informe a diretora geral da Unesco, Irina Bokova, afirma:

a cultura ocupa um lugar central na renovação e inovação urbanas. Este Relatório fornece uma riqueza de ideias e evidencias concretas que demonstram o poder da cultura como recurso estratégico para a criação de cidades mais inclusivas, criativas e sustentáveis. A criatividade e a diversidade cultural têm sido os principais motores do êxito urbano. As atividades culturais podem promover a inclusão e o diálogo entre comunidades diversas (Unesco, 2016, p. 1)

Pensado em sintonia com a “Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” (ONU, 2015), o Informe possui, além das conclusões e recomendações, duas partes: a primeira, um estudo mundial sobre o papel da cultura para o desenvolvimento urbano sustentável e a segunda, cultura para cidades sustentáveis, um enfoque temático. Não é nosso objetivo

¹ “Que a ampla difusão da cultura, e da educação da humanidade para a justiça, para a liberdade e para a paz são indispensáveis para a dignidade do homem, constituindo um dever sagrado, que todas as nações devem observar, em espírito de assistência e preocupação mútuas” (Unesco, 1945, p. 1).

analisar, aqui, esse Informe, mas simplesmente extrair o sentido que a Unesco atribui à cultura. Nesse sentido, destacamos algumas frases ao longo do documento:

Área de estudo 1²:

Nas cidades africanas caracterizadas por populações recentemente urbanizadas e pelas desigualdades derivadas de padrões de segregação da época colonial, as abordagens baseadas na cultura são especialmente eficazes para fomentar um sentido de pertencimento. (Unesco, 2016, p. 8)

Graças à nova geração de empreendedores culturais, a cultura facilita cada vez mais a participação comunitária e a criação de novos vínculos entre os governos e os cidadãos (Unesco, 2016, p. 8)

Área de estudo 4³:

A cultura desempenha um papel essencial para o diálogo, a coesão social e a mitigação dos conflitos, por meio de um grande número de iniciativas culturais nacionais e transnacionais destinadas a aliviar as tensões étnicas (Unesco, 2016, p. 11)

Área de estudo 5⁴:

Em um contexto em que a participação comunitária permanece insuficiente, as estratégias urbanas baseadas na cultura podem resultar em uma participação comunitária mais ampla, equitativa e efetiva. (Unesco, 2016, p. 12)

² A área de estudo 1 engloba as seguintes regiões: “Angola, Benin, Botswana, Burkina Faso, Burundi, Cabo Verde, Camarões, Chade, Comores, Congo, Costa do Marfim, Djibouti, Eritreia, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Kênia, Lesoto, Libéria, Madagascar, Malawi, Mali, Maurícia, Moçambique, Namíbia, Niger, Nigéria, República Centro-africana, República Democrática do Congo, República Unida da Tanzânia, Ruanda, São Tomé e Príncipe, Senegal, Seychelles, Serra Leoa, Somália, África do Sul, Sudão do Sul, Suazilândia, Togo, Uganda, Zâmbia, Zimbábue” (Unesco, 2016, p. 8).

³ A área de estudo 4 engloba: “Armênia, Azerbaijão, Bielorrússia, Federação Russa, Geórgia, Cazaquistão, Quirguistão, Tajiquistão, Turcomenistão, Ucrânia, Uzbequistão” (Unesco, 2016, p. 11).

⁴ A área de estudo 5 compreende: “Afeganistão, Bangladesh, Butão, Índia, República Islâmica do Irã, Maldivas, Nepal, Paquistão, Sri Lanka” (Unesco, 2016, p. 12).

Área de estudo 6⁵

A conservação e revitalização urbanas contribuíram para fomentar a continuidade cultural e a coesão social, bem como para promover a participação comunitária, questionando os modelos piramidais. (Unesco, 2016, p. 13)

Em um contexto em que a gestão dos riscos do meio ambiente ainda não é suficientemente efetiva, um enfoque baseado na cultura pode contribuir para o fomento da resiliência urbana. (Unesco, 2016, p. 13)

Área 7⁶:

A imigração é uma das principais características das sociedades norte-americanas, portanto, a diversidade cultural teve uma grande influência sobre as paisagens urbanas e promoveram movimentos a favor da justiça social e democracia participativa. (Unesco, 2016, p. 14)

Pensada como estratégica para áreas tão diversas – como os Estados Unidos e Tonga – dois aspectos se destacam em relação às funções atribuídas à cultura – “a cultura como instrumento de coesão social”, o que a torna um dispositivo⁷ de governança das populações e a noção de “desenvolvimento sustentável”. Este artigo se deterá sobre este segundo aspecto.

○ DISCURSO SOBRE O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A análise do conceito de desenvolvimento no âmbito das Nações Unidas, ganha impulso a partir da década de 1960, sendo esta declarada a “Década do Desenvolvimento”, e tendo como um de seus resultados a criação, em 1964, da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e

⁵ A área 6 compreende: “Austrália, Brunei, Camboja, China, Filipinas, Indonésia, Ilhas Cook, Ilhas Marshall, Ilhas Salomão, Japão, Malásia, Mongólia, Mianmar, Nauru, Niue, Nova Zelândia, Papua nova Guiné, República da Coreia, Laus, República Popular da Coreia, Singapura, Tailândia, Timor-Leste, Tonga, Tuvalu, Vanuatu, Vietnã (Unesco, 2016, p. 13).

⁶ A área 7 compreende “Canadá e Estados Unidos de América” (Unesco, 2016, p. 14).

⁷ Segundo Foucault: “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos... [e entre estes] existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes, [cuja finalidade] é responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante (Foucault, 1999, pp. 244-245).

Desenvolvimento (Unctad) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 1965.

Tido como um dos principais programas de fomento ao desenvolvimento do mundo – estando presente em aproximadamente 170 países e territórios⁸ – o PNUD foi incorporando, ao longo de sua existência, as críticas à noção de desenvolvimento como crescimento econômico e aumento do fluxo de bens e serviços, bem como as evidências empíricas, surgidas na época, de que desenvolvimento econômico e social nem sempre andavam juntos. Assim, se durante as décadas de 1960 e 1970 novas estratégias de desenvolvimento foram sendo elaboradas para que se pudesse atender as necessidades humanas básicas – “na mesma época, diversas conferências internacionais acerca dos temas ligados ao meio-ambiente, alimentação, população e emprego demonstraram intenso apoio a um conceito amplo de desenvolvimento capaz de gerar estratégias nacionais e internacionais” (Perrone-Moisès, 1998, p. 181) – as consequências da grande crise do capital durante a década de 1980, e uma nova configuração geopolítica internacional mais tarde denominada de globalização implicaram, entre outras medidas, a retração da atuação na ONU e seus programas de desenvolvimento.

Uma das estratégias para a recuperação do papel da Organização, protagonizada pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) foi a institucionalização da problemática ambiental, “dando-lhe o estatuto de *issue* de primeiro time na agenda política internacional e procurando fazer dele referência central para políticas públicas em todos os níveis” (Nobre, 1999, p. 139).

Embora o termo sustentabilidade apareça nos documentos referentes ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o conceito de Desenvolvimento Sustentável (DS) tem uma história paralela, mais ligada ao ambientalismo e às mudanças climáticas. Assim, se data do início da década de 1970 os primeiros estudos da ONU sobre as mudanças climáticas⁹ foi a partir de 1987, com o documento “Nosso Futuro Comum”, também conhecido como Relatório Brundtland, elaborado pela Comissão

⁸ Ver <http://www.undp.org/content/brazil/pt/home/>

⁹ Em 1972 a ONU elaborou a Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente, conhecida como Conferência de Estocolmo. Entre outras medidas, foi criado, nessa ocasião, um organismo para a coordenação das atividades da ONU no tocante ao Meio Ambiente, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). EM 1974, como resultado da reunião entre o PNUMA e a Unctad, foi elaborada a Declaração de Cocoyok, outro marco importante no debate sobre desenvolvimento e meio ambiente, nesse caso, responsabilizando a pobreza pela explosão demográfica e destruição dos recursos naturais.

Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento¹⁰ que o conceito se consolidou.

Muitos foram os reflexos instantâneos do Relatório Brundtland no âmbito mundial. Houve um crescimento acelerado no número de ONG's, criação de ativismos como os "partidos verdes", que começaram a influenciar na política, multiplicação de atores transnacionais em matéria de meio ambiente, surgimento do ambientalismo como novo movimento social e uma oposição política às estruturas dominantes. (Le Preste, 2000, citado em Gurski, Gonzaga & Tendolini, 2012, p. 75)

Ainda que o Relatório Brundtland e seu conceito de desenvolvimento sustentável tenham sido alvo de crítica e resistência, a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a ECO-92, ocorrida no Rio de Janeiro, consolidou o reconhecimento internacional do termo, agora afirmado a partir de suas três dimensões constitutivas: o crescimento econômico, a inclusão social e o equilíbrio ambiental.

CULTURA E DESENVOLVIMENTO

No tocante à relação entre cultura e desenvolvimento, se é verdade que a dimensão cultural já estava presente na ECO-92, na Agenda 21 e em diversas Conferências e Documentos que se seguiram, foi com a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Rio+20, realizada em 2012, que a cultura será afirmada como o 4º pilar do desenvolvimento. Para tanto, foi essencial a discussão travada em outro foro das Nações Unidas – a Unesco, e com isso nos dirigimos, portanto, ao primeiro ponto a que fizemos alusão.

Se, como já afirmamos, desde suas origens a Unesco, em sintonia com o ambiente social e político da chamada Guerra Fria, preconizava o papel da educação e da cultura como fonte de paz duradoura entre as nações e a noção, presente na Declaração Universal de Direitos Humanos (1948), da cultura como Direito; adotava-se um conceito restrito de cultura e suas ações se concentraram, nesse primeiro momento, na salvaguarda, preservação e defesa do patrimônio artístico e cultural, dos direitos de autor e difusão da cultura.

¹⁰ Criada pela ONU em 1983, a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, presidida por Gro Harlem Brundtland, publica em 1987, o referido relatório com o objetivo de dar maior relevância ao tema e propor novas formas de cooperação internacional.

Como afirma Gabriela Silva:

ao longo das décadas de 1950, 60 e 70 foram muitos os instrumentos normativos promulgados pela Unesco relativos às matérias de direitos culturais e patrimônio. Ainda que disseminação e acesso sejam mencionados, a tônica dessas primeiras iniciativas é de proteção e defesa de um bem: a cultura é um bem ao qual as pessoas têm direito, como autores e/ou como fruidores. Em relação a estes temas, a Unesco se coloca principalmente como agente regulador no âmbito internacional, tipo de atuação que alcança bastante visibilidade por serem os temas que se tornaram objeto da maior quantidade de instrumentos normativos publicados pela organização. (Silva, 2016, p. 73)

Os anos 60 trazem, por um lado, a discussão sobre o chamado terceiro mundo e a necessidade de se pensar ações voltadas ao desenvolvimento econômico e social desses países e, por outro, mas também direcionadas a esses agentes, o surgimento de um outro conceito – o de políticas culturais – que passará a nortear as ações e programas da organização, de modo que os vínculos entre cultura e desenvolvimento ganham, nesse período, contornos mais nítidos (Silva, 2016, p. 78).

É digno de nota o quanto esse direcionamento para as políticas culturais ao mesmo tempo em que implica um tratamento mais objetivo das práticas culturais, amplia o conceito de cultura ao pensar sua relação com o desenvolvimento econômico e social, a juventude e outros segmentos da sociedade. Dessa forma, é realizada em agosto de 1970 a Conferência Intergovernamental sobre aspectos institucionais, administrativos e financeiros das políticas culturais, onde segundo seu diretor geral René Maheu (Silva, 2016, p. 97) “já era consenso que o desenvolvimento econômico e social dependia do desenvolvimento cultural”. Passo decisivo para aquilo que Mariella Pitombo (2011, p. 7) chamou de “virada epistemológica” da Unesco:

se antes prevalecia uma noção identificada com as manifestações artísticas e intelectuais ligadas aos recantos iluminados da “alta cultura”, doravante, a compreensão do que é cultura se volta agora para sua acepção mais antropológica. Ou seja, no dizer de Canclini (1987, p. 25) “como el conjunto de procesos donde se elabora la significación de las estructuras sociales, se la reproduce y transforma mediante operaciones simbólicas”. Nessa concepção, entende-se a cultura como uma matriz de valores, que dá sentido à própria existência dos diferentes povos, fazendo

emergir desse conceito um outro que lhe constitui – o da diversidade cultural. (Pitombo, 2017, p. 7)

O marco decisivo para a consolidação dessa “virada” se deu com a realização da Conferência Mundial de Políticas Culturais, a *Mondiacult*, realizada no México, em 1982 que não só cunhou o conceito de diversidade cultural como consolidou o papel da cultura como fator determinante dos processos sociais.

As características da Conferência do México foram bastante diferentes da de Veneza. De maneira geral, o deslocamento que se nota é, primeiramente, um reposicionamento, no discurso catalisado pela Unesco, entre as questões da “política cultural” e do “desenvolvimento cultural”. No decorrer dos anos 1970, a discussão sobre os fins ficou mais importante que a sobre os meios (institucionais, financeiros e administrativos) da política cultural. As discussões agregaram outros temas seu tom ficou menos instrumental, favorecendo o delineamento de posições políticas que, depois de sistematizadas, revisadas, neutralizadas e tecnicizadas, tornariam-se protótipos de modelos de política cultural (e desenvolvimento cultural). A tipificação seria um mecanismo para pacificar, na diversidade possível de tipos, conflitos entre diferentes concepções de política cultural e seus objetivos. (Silva, 2016, p. 116)

Possuía, então, a Unesco, os instrumentos epistemológicos necessários para resistir à ofensiva neoliberal da década de 1980 que, como apontamos, implicou certo arrefecimento dos ideais defendidos pelas Nações Unidas e o protagonismo dos agentes financeiros que, não por acaso, passam a incluir em seus programas o binômio cultura/desenvolvimento. Assim, passada a primeira onda neoliberal, na década seguinte se deu a criação da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento que lança, em 1996, o relatório intitulado “Nossa diversidade criadora”. Este relatório, ao mesmo tempo em que concebe a cultura como “veículo da transmissão do comportamento social, uma fonte dinâmica de transformação, de criatividade, de liberdade e do despertar de oportunidades e de inovação” (Cuellar, 1997, p. 16) afirma que todas as formas de desenvolvimento – incluindo o humano – são determinadas pelos fatores culturais, donde se poder afirmar a indissociabilidade entre cultura e desenvolvimento.

Nossa tese é que, independentemente do fato destas posições poderem ser vistas como uma oposição ao viés economicista preconizado pela cartilha neoliberal, podemos observar, na virada para o século XXI, uma

aproximação maior a este ideário. Importante para que isso ocorresse, foi a formulação de um novo equacionamento entre cultura e desenvolvimento, agora oriundo da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento, a Unctad.

UMA NOVA AGENDA PARA O DESENVOLVIMENTO: O DISCURSO DA CRIATIVIDADE

A Unctad, criada em 1964, na esteira das preocupações da ONU com o Terceiro Mundo começa a partir de sua XI Conferência, realizada na cidade de São Paulo, em 2004, a inserir um outro termo na agenda do desenvolvimento: as indústrias criativas. Nesse ano, com a criação do Grupo Informal Multiagências das Nações Unidas sobre as Indústrias Criativas, as Nações Unidas começam a ressoar a discussão difundida a partir do *New Labour* britânico sobre a performance econômica das chamadas “indústrias criativas” – publicidade e propaganda, arquitetura, arte e mercado de antiguidades, computadores e videogames, artesanato, design, moda, filme e vídeo, música, artes performáticas, editoração, software, TV e rádio (conforme o DCMS – Department of Culture, Media and Sports) – apontadas, a partir de então, como a porta de saída de crise dos anos 1980.

Ainda que o discurso da diversidade cultural continuasse tendo o seu lugar assegurado, é revelador observar o quanto a criatividade passa a constituir a base do desenvolvimento. Como expressa o Relatório sobre a Economia Criativa elaborado pela Unctad em 2008:

No mundo contemporâneo, um novo paradigma está emergindo, interrelacionando a economia e a cultura (...). Seu conceito central é que a criatividade, o conhecimento e o acesso à informação são cada vez mais reconhecidos como motores potentes do crescimento econômico e da promoção do desenvolvimento em um mundo que se globaliza. A “criatividade” nesse contexto se refere à formulação de novas ideias, e à implementação destas ideias na produção de obras de arte e produtos culturais originais, criações funcionais, invenções científicas e inovações tecnológicas. Consequentemente, existe um aspecto econômico da criatividade, observável na maneira pela qual contribui para a iniciativa empresarial, alimenta a inovação, melhora a produtividade e promove o crescimento econômico. (Unctad, 2008, p. 61)

Observa-se no âmbito da ONU, a partir de então e com cada vez mais força, o quanto ao discurso “culturalista” e da preservação da diversidade cultural se soma o do empreendedorismo, criatividade e inovação como motores do desenvolvimento. Veja-se, como exemplo, o documento “Transformando o nosso mundo: a agenda 2030” para o desenvolvimento sustentável, lançada em 2015 pelo PNUD e que prevê as metas a serem alcançadas nos próximos 15 anos. É objetivo desse programa (objetivo 8.3):

promover políticas orientadas para o desenvolvimento, que apoiem as atividades produtivas, a geração de emprego decente, o empreendedorismo, a criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros. (ONU, 2015)

Ainda que a menção ao 4º pilar do desenvolvimento estivesse presente em tal documento (em 4 de suas 169 metas), após sua publicação, os signatários da campanha mundial criada em 2013 pela Comissão de cultura da Associação Mundial de Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU) da Cultura¹¹ lançaram a declaração “O futuro que queremos integra a cultura¹²”, assinada por 900 organizações e milhares de cidadãos de 120 países, em que se diziam preocupados com o não reconhecimento pleno da importância da cultura para o desenvolvimento sustentável. Segundo os autores do documento:

como foi sistematicamente apontado pela campanha, em diversos documentos, a cultura é um motor e facilitador de desenvolvimento sustentável. A cultura é uma das quatro dimensões do desenvolvimento sustentável, e é tão essencial quanto as dimensões econômicas, sociais e ambientais. Uma abordagem holística e integral do desenvolvimento só poderá ser realizada se os valores de criatividade, patrimônio, conhecimento e diversidade forem integrados a todas as ações de desenvolvimento sustentável. Isto implica a garantia da disponibilidade e da acessibilidade das infraestruturas culturais (alguns exemplos não exaustivos são as bibliotecas, os museus, teatros, centros comunitários e centros de educação artística) e a implementação de programas e projetos culturais a longo prazo.

¹¹ A CGLU é uma plataforma mundial de cidades, organizações e redes para aprender, cooperar e promover políticas e programas sobre o papel da cultura no desenvolvimento sustentável.

¹² Retirado de <http://observatoriodadiversidade.org.br/site/o-futuro-que-queremos-integra-a-cultura/>

Ainda que esse documento não esclareça a relação pretendida entre cultura e desenvolvimento, na Agenda 21 da cultura¹³, documento fundador da Comissão, entre seus 16 princípios consta (princípio 12):

a adequada valoração econômica da criação e difusão dos bens culturais –de carácter amador ou profissional, artesanal ou industrial, individual e coletivo– converte-se, no mundo contemporâneo, num fator decisivo de emancipação, de garantia da diversidade e, portanto, numa conquista do direito democrático dos povos a afirmar as suas identidades nas relações entre as culturas. Os bens e serviços culturais, tal como afirma a Declaração Universal da Unesco sobre a Diversidade Cultural (artigo 8), “na medida em que são portadores de identidade, de valores e sentido, não devem ser considerados como mercadorias ou bens de consumo como os demais”. É necessário destacar a importância da cultura como fator de geração de riqueza e desenvolvimento econômico. (CGLU, 2008)

As ações desse grupo no sentido de suprir a lacuna observada no relatório do PDUN foram essenciais para a organização e aprovação do Documento final da Terceira Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável – HABTAT III, documento com o qual iniciamos esta exposição. Presentes nas três reuniões preparatórias da Habitat III (Nova Iorque, setembro de 2014, Nairobi, abril de 2015 e Surabaya, em julho de 2016), o CGLU teve um papel importante na formulação do documento “Cultura e patrimônio urbano” (Unesco, 2015), onde já estão afirmadas as principais diretrizes da interrelação entre cultura e desenvolvimento (urbano) que serão ratificadas no Relatório da Habitat III – Cultura, futuro urbano.

É claro que uma análise mais detida das linhas de força que estiveram em disputa por ocasião da preparação e realização da Habitat III se faz necessária para uma apreensão mais pormenorizada desta articulação, o que, evidentemente, não teremos condição de realizar no espaço desse artigo. Fica entretanto, o esforço de explicitação de algumas camadas af sedimentadas.

¹³ Agenda 21 da cultura, aprovada no dia 8 de maio de 2004, em Barcelona, no marco do primeiro Fórum Universal das Cultural. Ver <http://www.agenda21culture.net/es/quienes-somos/comite-de-cultura>

AGRADECIMENTOS

A apresentação do presente artigo contou com o apoio e subsídio da Fundação de Amparo à pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo 2017/19979-8.

REFERÊNCIAS

- CGLU (2015). *O futuro que queremos integra a cultura*. Retirado de <http://observatoriodadiversidade.org.br/site/o-futuro-que-queremos-integra-a-cultura/>
- CGLU (2008). *Agenda 21 para a cultura*. Retirado de <http://www.agenda21culture.net/es/quienes-somos/comite-de-cultura>
- Cuéllar, J. P. (Ed.) (1997). *Nossa Diversidade Criadora. Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento*. Campinas; SP; Papirus, Brasília: Unesco.
- Foucault, M. (1999). *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins fontes.
- Gurski, B., Gonzaga, R. & Tendolini, P. (2012). Conferência de Estocolmo: um marco na questão ambiental. *Administração de Empresas em Revista*, 11(12), 65-79. Retirado de <http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/admrevista/article/view/466>
- Nobre, M. (1999). Desenvolvimento sustentado e problemática ambiental. *Lua Nova*, 47, 137-156. Retirado de <http://www.scielo.br/pdf/ln/n47/ao8n47.pdf>
- ONU (2015). *Transformando o nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*. ONU, 13 de outubro de 2015. Retirado de <http://www.agenda2030.com.br/aagenda2030.php>
- Perrone-Moisés, C. (1998). Direitos humanos e desenvolvimento: a contribuição das Nações Unidas. In A. Amaral Júnior & C. Perrone-Moisés (Eds.), *O Cinquentenário da Declaração dos Direitos do Homem*. São Paulo: EDUSP.
- Pitombo, M. (2012). *Uma agenda cultural para o desenvolvimento humano: o papel das agências multilaterais na formulação de políticas culturais*. Retirado de <http://www.cult.ufba.br/Artigos/Mariellaumaagenda.pdf>
- Silva, G. T. (2016). A Unesco e a trajetória da política cultural: momentos e movimentos de uma linguagem de ação pública (1966-1982). *Tese de Doutorado em Administração Pública e Governo*, FGV - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo. Retirado de <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/15975?show=full>

UNCTAD (2008). *RESUMEN: Informe sobre la economía creativa 2008*. Retirado de http://unctad.org/es/docs/ditc20082ceroverview_sp.pdf

Unesco. (2016). *Cultura: futuro Urbano*. Retirado de <http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002462/246291s.pdf>

Unesco. (2015). *Cultura e Patrimônio Urbano*. Retirado de <http://agenda21culture.net/sites/default/files/files/pages/advocacy-page/issue-paper-es.pdf>

Unesco. (1945). *Constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura*. Retirado de <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001472/147273por.pdf>

Citação:

Lopes, R. S. (2019). Cultura e desenvolvimento sustentável no discurso da ONU/Unesco. In M. L. Martins & I. Macedo (Eds.), *Livro de atas do III Congresso Internacional sobre Culturas: Interfaces da Lusofonia* (pp. 216-228). Braga: CECS.